

ELETROBRAS / ELETROSUL

VÁRIAS ASSEMBLEIAS JÁ APROVARAM INDICATIVO DE GREVE POR TEMPO INDETERMINADO



Dias 11, 12 e 13 de maio, os trabalhadores do Grupo Eletrobras paralisaram suas atividades por 72 horas, em protesto pela falta de definição sobre o pagamento da PLR do exercício de 2014. A adesão ao movimento foi muito forte e atingiu todas as empresas do grupo. Em boletins e comunicados do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), as entidades sindicais tem destacado o excelente e inquestionável desempenho operacional das empresas da Holding, reconhecido pelas próprias dirigentes das empresas nas apresentações feitas aos sindicatos.

Mesmo com a redução do quadro de pessoal em mais de 5 mil pessoas nos últimos 2 anos (fruto do PID) e apesar da crise hídrica, o setor elétrico federal tem se mantido robusto. Esta é mais uma prova do comprometimento de cada trabalhador, do aumento da produtividade e que agora precisa ser reconhecido com o pagamento de uma PLR justa. O CNE sempre esteve aberto ao diálogo, mas diante da falta de ação da direção da Holding, que não apresentou ainda nenhuma proposta concreta, está indicando aos trabalhadores o caminho da luta.

Em assembleias realizadas em grande parte das empresas do Grupo Eletrobras, durante a paralisação de 72 horas, foi aprovado o indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 01/06/2015, caso as negociações não evoluam e uma proposta concreta que atenda as expectativas da categoria não seja apresen-

"Foi aprovado indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 01/06, caso as negociações não evoluam e uma proposta que atenda as expectativas da categoria não seja apresentada"

tada. A greve deve ser confirmada pelo restante das assembleias, que serão realizadas durante a semana. O momento exige empenho máximo da organização dos trabalhadores, pois ao trabalhador nada é dado, tudo é conquistado!

Durante a paralisação, o CNE recebeu comunicado da Eletrobras agendando reunião para

início das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016 no dia 21 de maio. Por pressão dos sindicatos, esta reunião foi alterada para Brasília, com foco na negociação da PLR.

A avaliação dos dirigentes sindicais do CNE é de que a Direção da Eletrobras precisa assumir suas responsabilidades neste momento de impasse com relação à PLR, se posicionando com firmeza e fazendo uma adequada interlocução junto ao Governo, Ministérios e órgãos de controle para uma solução rápida e que não traga prejuízo aos trabalhadores que tem feito sua parte para garantir o bom desempenho operacional e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Na agenda de atividades do CNE estão previstas audiência com o Ministro de Minas e Energia e na Secretaria Geral da Presidência da República, cujos pedidos já foram protocolados.

As entidades sindicais estão fazendo tudo que está ao seu alcance para uma solução sem a ampliação do conflito, mas os trabalhadores não irão abrir mão dos seus direitos e a luta vai ser encaminhada.

TODOS PELO PAGAMENTO DA PLR JÁ!



OS DESBRAVADORES DO OESTE

por Luiz Cézare Vieira e Paulo Sá Brito



Aos poucos o livro em comemoração aos 60 anos da Celesc vai tomando forma. Um grande quebra-cabeça construído a partir das histórias daqueles que ajudaram a edificar a Empresa. Os pioneiros da eletricidade em Santa Catarina, que tiveram a determinação e a disposição de enfrentar situações e riscos hoje inimagináveis. São esses homens e mulheres que estão, na verdade, escrevendo o livro. Nós apenas ouvimos e transcrevemos as narrativas, sempre recheadas de humor e peripécias.

Estivemos no Oeste. Em Chapecó fomos recebidos pela Sandra Lúcia Vicenzi e ouvimos os relatos de diversos aposentados e também do Ari Genevro, que embora não seja empregado da Celesc opera a Usina Rio do Tigre desde 1967 quando essa usina era a principal responsável pelo abastecimento de Chapecó. A Celesc só chegaria à cidade em 1974.

No Oeste, nas décadas de 50 e 60, o mais comum era o racionamento. Quase todos os dias havia corte de energia. Os jornais locais pediam "encarecidamente" que não fossem "ligados motores, bombas, ferros elétricos".

Boa parte da população da região não conhecia energia elétrica até 1963, quando foi ligada a primeira máquina da usina da Esperinha, assim chamada pelo fato de ficar no Salto da Queda do Esperinha. O nome oficial é Usina Celso Ramos, homenagem ao governador que a inaugurou. Localizada em Faxinal dos Guedes, abastecia desde Concórdia até São Miguel do Oeste, numa extensão assustadora para sua pequena capacidade de geração. Mas o consumo médio mensal na época era de minguados 15 kWh.

Na Usina da Esperinha fomos recebidos pelo operador Lauri Perdoncini, que trabalha lá há 32 anos, é filho de Francisco de Assis Perdoncini, que começou na construção da barragem e depois se tornou operador. Lauri morou junto à usina desde quando usava fraldas. Conhece cada detalhe da instalação.

Em São Miguel do Oeste, a Iria Spiecker e o Laurindo Martinazzo reuniram mais de 10 aposentados para contar dos tempos remotos quando a cidade era abastecida por dois geradores diesel de propriedade da prefeitura, com apenas 45 kVA cada. Só em 1966 chegou a Celesc na figura de Dan de Andrade que, ao cruzar acidentalmente na rua com Ari Arno Koefender e notar sua caixa de ferramentas, perguntou de chofre, sem nunca tê-lo visto antes, "O senhor é electricista?". Diante da afirmativa o convidou a trabalhar na Celesc. Ari não sabia que empresa era aquela, mas foi ao Hotel Fiorini e aceitou o emprego onde ficou até se aposentar.

Em Concórdia, uma italiana alegre e barulhenta, todos falando ao mesmo tempo, foi reunida pelo Carlos Rigoni e a Cláudia Klaus. Na cidade a energia começou em 1937, gerada pelo motor diesel de um caminhão. A Celesc só chegaria em 1964. Foram tempos difíceis quando os electricistas – verdadeiros desbravadores do Oeste – saíam para fazer inspeção nas linhas e a alimentação para um dia inteiro, carregada em uma bolsinha, era de apenas duas fatias de polenta e um pedaço de queijo. Vilmo Belicanta, que trabalhou desde o início, resumiu as dificuldades dos pioneiros numa frase "Comparar a Celesc de hoje com antigamente é comparar açúcar com pimenta".

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC
 Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
 Conselho Editorial: Wanderlei Lenartowicz
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161
 E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

PLR: TIJOLO POR TIJOLO

Os sindicatos que compõem a INTERSUL e os Representantes dos Empregados no Conselho de Administração da Tractebel, vêm anualmente negociando com a empresa melhorias na PLR. Atualmente mais da metade dos empregados têm menos de 10 anos de empresa e não conhecem todo o histórico destas negociações. Este momento é oportuno para demonstrar que o valor recebido no último mês de abril não é fruto da benesse da empresa, mas sim resultado da luta dos trabalhadores e suas representações que além de garantir o direito, tornou o valor significativo na remuneração anual do empregado.

Devemos lembrar que até 1999 a PLR se resumia ao pagamento de uma folha salarial do mês de dezembro. Na negociação de 2000 esse valor foi elevado para 10% da remuneração anual de cada empregado, representando cerca de 1,2 folha. Em 2001 e 2002 foram incorporados no cálculo os duodécimos do 13º salário e da gratificação de férias, elevando o valor para cerca de 1,37 vezes a remuneração média mensal recebida no ano.

Em 2003 o valor da PLR (até 10% da remuneração anual) poderia ser acrescido

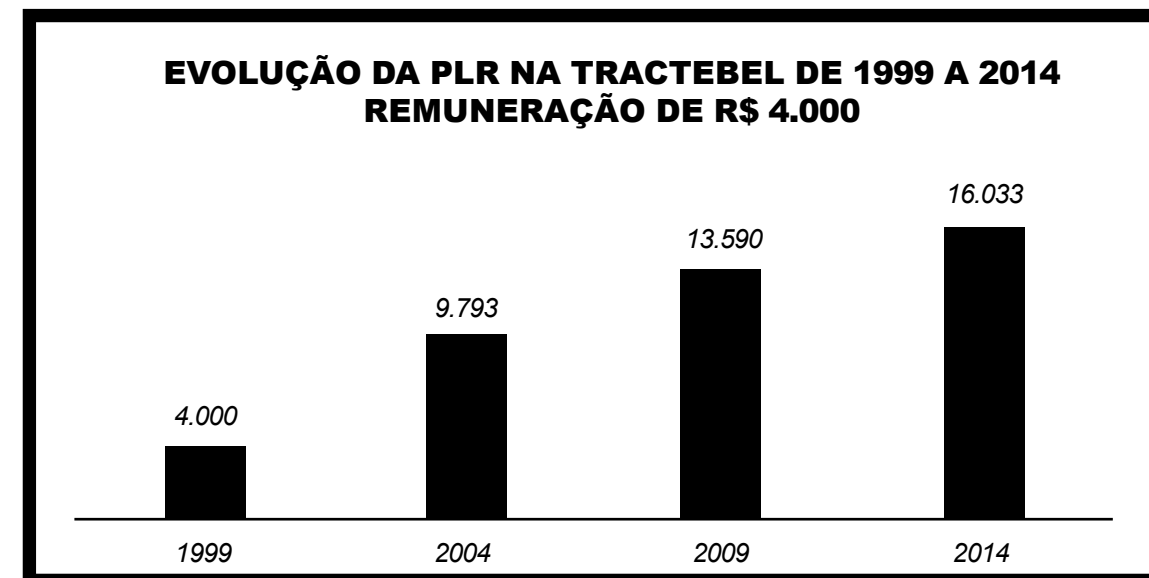
ou diminuído em até 20% dependendo dos resultados da avaliação individual de desempenho. Em 2004 a negociação trouxe um novo acréscimo, com a possibilidade de o valor atingir até 17% da remuneração anual dos empregados, vinculado ao atingimento das Metas da Unidade, do EBITDA, do Lucro e da Avaliação de Desempenho (indicadores mantidos até hoje, apenas corrigindo as metas pela inflação). Nesse ano foi ainda acrescentada pela primeira vez, uma parcela fixa de R\$ 500, resultado de uma luta histórica dos dirigentes sindicais da INTERSUL. Com esse acordo os empregados receberam em média, 2,05 remunerações, mais que o dobro do primeiro acordo.

Para o exercício 2005 três importantes mudanças foram negociadas pela INTERSUL: 1) Substituição da remuneração anual pela de dezembro, já com o reajuste salarial sendo, portanto, a maior remuneração do ano; 2) Elevação do valor máximo para 2,25 remunerações, mais os duodécimos do 13º salário e gratificação de férias que totalizaram 2,56 remunerações; 3) Garantia de que o valor destinado à avaliação de desempenho fosse totalmente distribuído, sendo parte dele num

valor fixo para todos.

Em 2006 foi mantida a mesma regra do ano anterior, mas passou a ser considerada na base de cálculo para a PLR o duodécimo do salário substituição. Para 2007 um importante avanço foi conquistado: a eliminação do limitador para a meta de Lucro Líquido que até então permitia a obtenção de no máximo 50% de uma remuneração. A INTERSUL conseguiu romper esse limite e ainda baixar essa meta que em 2006 exigia R\$ 206 mil de lucro por empregado para garantir 10% de uma remuneração; com a mudança passou a ser R\$ 200 mil por empregado para garantir 13% de uma remuneração. Isso representou um acréscimo médio de aproximadamente 25% de uma remuneração, comparativamente à regra anterior.

Em 2008 o limitador da meta EBITDA foi ampliada de 70% para 75% de uma remuneração e em 2009 o Acordo Coletivo adicionou mais um valor fixo de R\$ 1.000,00. Em 2010 esse valor fixo foi ampliado para R\$ 2.000,00 e para R\$ 3.000,00 em 2011. Nesse ano a INTERSUL obteve também uma conquista importante que se mantém desde então: a contribuição de até 7% do valor da PLR para o Plano CD. Isso signifi-



ca garantir no futuro, parte dessa remuneração no benefício de aposentadoria do empregado.

As parcelas fixas foram sendo ampliadas nos anos seguintes, sendo que parte dela foi paga em vale-alimentação nos dois últimos anos. Destaca-se em 2013 a ampliação do limitador da meta EBITDA de 75% para até 90% da remuneração que deve ter um efeito bem positivo nos próximos anos.

Uma simulação considerando o atingi-

mento pleno da avaliação de desempenho e a meta da unidade, variando apenas as metas do Lucro e do EBITDA de acordo com o resultado efetivamente alcançado, mostra que o valor recebido por um empregado com uma remuneração de R\$ 4.000,00, referente a 2014, foi quatro vezes mais do que receberia pelo critério de 1999.

O gráfico acima retrata esta evolução que não foi obra do acaso, mas sim do trabalho e dedicação dos dirigentes e entidades sindicais e do apoio dos empregados.

CELESC

AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATERÁ RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES

Segundo Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Aneel irá abrir consultas sobre o tema

A concessão da Celesc Distribuição termina em julho desse ano e a preocupação com a sua renovação está na ordem do dia dos sindicatos da Intercel e do representante dos empregados no Conselho de Administração.

Nas últimas semanas os sindicatos e o conselheiro eleito intensificaram esse debate com o Governo Estadual e com o Governo Federal. Da mesma forma, a Abradee – Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica tem se movimentado na defesa das associadas nesse processo. Informações do Representante dos Empregados no Conselho de Administração, Leandro Nunes, dão conta que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deverá abrir Audiência Pública nas próximas semanas para tratar das condições para a Renovação das Concessões das empresas de energia elétrica. As regras para a Renovação seriam divulgadas pelo Ministério de Minas e Energia ainda em abril deste ano, mas uma ação do Ministério Público Federal adiou a divulgação.

Segundo informações preliminares de Aneel, a Renovação das Concessões passará pela aferição de indicadores de qualidade

da empresa, que avaliarão os dados financeiros e de atendimento à população, além de estabelecer regras mínimas de governança corporativa a serem estabelecidas.

"É preciso que os trabalhadores permaneçam unidos e mobilizados, pois as novas regras deverão prever a possibilidade de retomada da concessão ou ainda a troca de acionista controlador nos casos de descumprimento dos padrões de qualidade. Em resumo, a precarização da qualidade dos serviços prestados será o caminho das futuras tentativas de privatização", afirmou Leandro Nunes.

A Aneel ainda não abriu as inscrições para participação na Consulta Pública, o que deverá acontecer durante esta semana. A Intercel participará com propostas que resguardem o patrimônio brasileiro e as empresas públicas, garantindo a energia como um bem essencial ao povo brasileiro. Entre as propostas dos sindicatos estará a inclusão de indicadores de saúde e segurança no trabalho como parâmetro de qualidade das empresas, uma vez que o setor elétrico é um dos que mais causa acidentes graves com trabalhadores.

CELESC

CELESC ENCAMINHA CENTRALIZAÇÃO DO COD DE FORMA UNILATERAL

Projeto piloto é implantando sem consenso com os sindicatos da Intercel

A centralização dos COD's é um tema há muito debatido na Celesc, sempre com posturas e visões divergentes entre empresa e trabalhadores. Por conta disso foi criado um Grupo de Trabalho onde trabalhadores, sindicatos e empresa vêm debatendo os impactos para o atendimento à sociedade e a vida dos celesquianos, além das premissas fundamentais para o funcionamento seguro de uma regionalização dos COD's.

As tentativas de regionalizar os COD's não tiveram sucesso, com a Operação Transferida demonstrando fragilidade e, em determinados aspectos, inoperância. Agora, mesmo sem conseguir resolver problemas básicos, a Celesc se aventura em um novo "projeto piloto". Desde a segunda-feira, dia 11, o despacho centralizado foi assumido pelo Centro de Supervisão da Distribuição (CDS), localizado na Administração Central, que passou também a operar por um prazo de 60 dias o turno da noite da Regional de Jaraguá do Sul. As Regionais de São Bento do Sul e Mafra passam a ser operadas pelo CDS nos dias 13 e 15, respectivamente.

O Comunicado enviado pela empresa às chefias regionais demonstra novamente que é costume da diretoria se esconder atrás do GT e utilizá-lo para enganar os trabalhadores. Ele inicia com a seguinte frase: "De acordo com a sugestão apresentada no GT COD,

entrará em operação a partir de hoje, 11 de maio, o piloto do modelo de operação da distribuição centralizado-regionalizado". O que ele não diz é que não houve consenso no GT e que os sindicatos da Intercel foram contrários a esse projeto piloto, que desconsidera os estudos realizados até então e atropela

"O que a Celesc não diz é que não houve consenso no GT e que os sindicatos da INTERCEL foram contrários a esse projeto piloto, que desconsidera os estudos realizados até então"

uma discussão que precisa ser feita de forma adequada, sem colocar em risco operadores e electricistas.

No início deste ano, a Intercel reuniu os despachantes em Lages para apresentar os debates do GT e buscar na categoria as orientações e ações que deveriam ser defendidas no grupo. Deste encontro foi redigido um documento que listou todas as dificuldades e problemas que impedem a centralização ou a regionalização dos COD's. Nele estão descritos todos os passos que a Celesc deve tomar para que o trabalho no COD seja feito com

a responsabilidade e segurança necessária, afinal de contas, é da vida de companheiros de trabalho que os despachantes cuidam ao operar a rede. Os problemas persistem e não estão nem perto de deixarem de ser impedimentos para a centralização. Desta forma, a realização deste "projeto piloto", além de insensata é uma tentativa de burlar e desqualificar as solicitações dos despachantes.

Esse procedimento potencializa os riscos com a operação do sistema, causando insegurança e aumentando a possibilidade de acidentes graves. Achar culpados, não ameniza os efeitos de um acidente. Mas nesse caso, é importante que fique claro: esse piloto não é de responsabilidade do GT. Aliás, os acordos operativos utilizados nas operações transferidas em Joinville (Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e Mafra) e Lages (Videira) não tem mais validade. Para os sindicatos da Intercel, além desta postura ser contrária ao tão pregado diálogo que a diretoria diz prezar, ela causa insegurança e aumenta a possibilidade de acidentes graves. Achar culpados não ameniza os efeitos de um acidente, entretanto, a Intercel não deixará de denunciar e cobrar a responsabilização dos gestores que deram início ao processo de centralização. Dirigentes sindicais estarão reunidos no dia 20, em Florianópolis, para debater os encaminhamentos frente à postura da diretoria

RELATOS DA GREVE EM CURITIBA

O primeiro governo de Beto Richa (PSDB) foi marcado por problemas de caixa que levaram a diversas tentativas desastrosas de financiamento do estado. O governo tentou, sem sucesso, vender parte da Mata Atlântica ainda existente no Paraná, se apropriou de depósitos judiciais e determinou que aposentados do governo estadual passassem a contribuir para seus respectivos fundos de previdência.

Após ser reeleito em primeiro turno, o governador encaminhou para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) um projeto que, basicamente, propunha usar os R\$ 8 bilhões do Fundo Previdenciário dos servidores estaduais para pagar as aposentadorias atuais, liberando os recursos do Tesouro para investimentos.

Em fevereiro, o sindicato dos professores (APP-Sindicato) mobilizou, juntamente com vários sindicatos e movimentos sociais, um cerco à ALEP com cenas antológicas, como a dos deputados sendo obrigados a se dirigir ao local de votação dentro de um ônibus da Tropa de Choque da PM, e o Governo, mesmo tendo maioria na Assembleia, se viu obrigado a desistir da votação.

No final de abril, foi encaminhado um projeto remodelado mas, que mesmo assim, encaminharia para o Fundo Previdenciário 33 mil funcionários que passariam a receber sem nunca ter contribuído para este fundo, novamente como forma de liberar recursos do Tesouro. Afirma-se que esta é uma medida, a exemplo do ocorrido no caso dos saques de depósitos judiciais, que pretende cobrir gastos já feitos pelo governo.

No final de abril, professores de diversas partes do estado, juntamente com outros servidores estaduais e movimentos sociais, estavam novamente acampados na porta da ALEP. Na antevéspera do Dia do Trabalho, eu estive lá e conversei com algumas pessoas que, poucos momentos antes, foram bombardeadas e estiveram sob a mira das escopetas da PM.



DOMINGO - PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



Por Guilherme Caldas.

Originalmente publicado no site medium.com

